*Veto do Presidente Epitácio Pessoa à Resolução do
Congresso Nacional que Fixa a Despesa
para o Exercício de 1922 (*)*

Dia 25 de Janeiro:

Sr. Presidente da Câmara dos Deputados — Havendo negado sanção à resolução do Congresso Nacional que fixa a despesa da República para o exercício de 1922, tenho a honra de restituir-vos, com as razões do veto, dois dos autógrafos que acompanharam vossa mensagem de 13 do corrente.

Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 1922, 101.º da Independência e 34.º da República.

EPITÁCIO PESSÔA

Quando a Câmara enviou ao Senado os projetos de orçamento da receita e da despesa, apresentavam êles os seguintes algarismos:

	Ouro	Papel
Receita	78.060:255\$000	680.672:520\$000
Despesa	72.186:952\$030	763.837:723\$822

Era já um desequilíbrio sensível; mas, com economia rigorosa na aplicação dos recursos orçamentários, como desistência, adiamento ou redução de certos serviços, seria possível estabelecer a equivalência.

Infelizmente, o Senado elevou o *deficit* a alturas vertiginosas.

O projeto de orçamento da despesa enviado à sanção acusa só nas tabelas estas cifras: ouro 82.692:576\$331, papel 847.042:015\$524, isto é, mais 10.505:614\$000 ouro e 83.204.291\$702 papel, do que o projeto da Câmara!

O *deficit* que, calculado em papel era de 59.671:992\$634, ascendeu a 184.898:740\$336!

Mas isto, como disse, é só nas tabelas. A diferença, na realidade, é muito maior.

(*) A *Revista do Serviço Público* agradece a colaboração das bibliotecárias do D.A.S.P. e da Câmara dos Deputados, bem como do Assistente de Administração, especializado em Documentação, Sílvia Correia Avellar, no trabalho de pesquisa e de organização do texto ora publicado.

As tabelas explicativas segue-se em cada orçamento uma série de disposições autônomas, que aumentam a despesa pública. Delas, umas contêm méras autorizações, de que o Governo em regra pode ou não servir-se: outras, porém, são imperativas, importam dispêndios *obrigatórios*.

Pois só estas últimas representam um acréscimo de despesa de
140.508:770\$894!

Eis como se reparte este total:

Ministério da Justiça (arts. 5 — 8 — 10 — 11 — 12 — 13 — 15 — 16 — 17 — 18 — 19 — 20 — 24 — 25 — 26 — 27 — 28 — 30 — 33 — 36 — 37 — 39 — 41 — 42 — 43 — 47 — 52 — 131 e 255) 6.646:773\$939, convertida em papel a soma de 4:200\$ curo do art. 10. Está aí compreendido o aumento de vencimentos dos inferiores e praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, determinado pelo art. 131, *já deduzida a gratificação provisória do decreto n.º 3.990, de 1920, que foi abolida nas classes armadas*.

O Governo havia excluído dessa gratificação o pessoal extranumerário e contratado, por entender que tal favor, por sua natureza e intuitos, deve restringir-se aos *empregados dos quadros, aos servidores permanentes, que fazem profissão do serviço público*, e não aproveitar aos adventícios e contratados, pessoal transitório, que não está obrigado a sujeitar-se a remunerações insuficientes e é livre de aceitar ou não as condições em que o trabalho lhe é oferecido.

O projeto revoga esta decisão, e, em termos que abrangem também os exercícios de 1920 e 1921, manda, no art. 255, pagar a gratificação do decreto n.º 3.990 a todos os *“operários, jornalheiros, diaristas, trabalhadores e mensalistas extraordinários, extranumerários, interinos e contratados, quer dos ministérios civis, quer dos militares.”*

Só esta despesa se eleva a mais de 72 mil contos, da qual a maior parte toca ao Ministério da Viação. A quota do Ministério da Justiça é de
2.914:712\$523.

Ministério do Exterior (art. 51), feita a conversão do ouro,
176:009\$000.

Ministério da Marinha (arts. 61, 74, 78, 88, 131 e 255) *abatida a gratificação provisória dos oficiais e praças* 7.193:430\$648. Há, porém, a incluir, ainda aqui a quantia de 78:000\$, destinada ao pagamento dos vencimentos dos professores, aumento que não foi computado nas tabelas, mas não poderá deixar de ser pago, porque êsses docentes estão, por lei, equiparados em vencimentos aos dos institutos de ensino do Ministério do Interior. A parcela do Ministério da Marinha sobe, portanto, a 7.271:430\$648.

Ministério da Guerra (arts. 83, somente os saldos de créditos, votados em leis imperativas, 87, 104, 110, 116, 127, 131 e 255), 36.694:862\$894.

Este algarismo requer algumas explicações.

O art. 116 manda abrir os créditos necessários para o pagamento da gratificação provisória do decreto n.º 3.990 *“a todos os servidores do Estado, independentemente de qualquer condição”*.

Resulta daí que a gratificação terá de ser paga a todos os funcionários, diaristas, etc., que ganhem até 9:000\$000, sem exceção alguma, *ainda que os vencimentos ou salários tenham sido aumentados recentemente.*

E' a revogação da providência tomada pelo Govêrno de não abonar aquela gratificação aos empregados que houverem obtido aumento de vencimentos nos dois últimos anos, medida da mais rigorosa justiça, como deixei evidente há poucos dias, ao recusar sanção a um projeto que a abolia em favor de certos funcionários.

Ora, essa revogação estende-se, como não podia deixar de ser, a todos os ministérios, e acarreta despesa avultadíssima.

Em julho do ano passado, um ilustre membro da Comissão de Finanças do Senado alegava, em parecer de que o Senado logo depois tomava conhecimento, que essa despesa, de acôrdo com as informações que possuía, montava a réis 16.511:440\$639 por exercício.

Não tive tempo de colher dados completos a respeito de tôdas as repartições, e verificar a exatidão dessa quantia. As cifras que até agora me chegaram somam 9.725:837\$810, certamente bem inferior à realidade. Não obstante, para argumentar com segurança, tomá-la-ei como base do meu cálculo.

O orçamento reconhece a todos os servidores do Estado nas condições indicadas "direito" à gratificação do decreto n.º 3.990. Isto significa que o Govêrno terá que abrir os créditos necessários para pagá-la desde a data do decreto — 2 de janeiro de 1920 — *ou sejam* três exercícios.

Assim, só a despesa decorrente do art. 116 do orçamento, abatida em 1920 a parte da Imprensa Nacional e do Diário Oficial, que o art. 245 manda excluir, subirá no mínimo a 28.284:143\$330, dos quais 18.558:305\$620 têm que ser pagos imediatamente (pois correspondem a anos já vencidos e, segundo o art. 215, n.º XV, nem sequer dependem mais do processo de exercícios findos), e o restante no correr dêste ano.

O art. 131 adota nova tabela de vencimentos para os suboficiais e praças. Esta medida acarreta um aumento de despesa de 16.691:752\$, sem contar vários enfermeiros, que não encontram correspondentes na tabela, e os radicotelegrafistas, cujo número não posso de pronto verificar. Dessa importância cumpre subtrair a de 5.500:000\$; já incluída nas tabelas, para atender a essa despesa e, assim, fica o aumento reduzido a 11.191:752\$, que é o que entrou no total acima mencionado. Não se deduz também a gratificação provisória, porque esta já não figura no orçamento da Guerra.

No dito total inclui também a parcela de 900:000\$ para os docentes do ministério, os quais, como os da Marinha, são, por lei equiparados em vencimentos aos dos institutos de ensino do Ministério do Interior; mas não contei o aumento de vencimentos dos oficiais do Exército, porque as tabelas consignam 8.000:000\$ para essa despesa.

Ministério da Agricultura (arts. 134, 135, 136, ns. I, II, III e IV — que revigoram saldos de créditos destinados a despesas forçadas — 136, n.º II,

137 — abatida a gratificação provisória — 140, 141, 146, 147, 151 e 255), 10.280:221\$516.

Ministério da Viação (arts. 164 — saldo já comprometido em encomendas feitas, 175, 176, 178, 182, 193, saldos destinados a despesas obrigatórias (212 e 255) 75.480:481\$897.

Ministério da Fazenda (arts. 231, 233, 234, 239, 242, 243, 249, 252, 255 e 258), não levando em linha de conta, no que diz respeito ao art. 255, o pessoal da Imprensa Nacional e do Diário Oficial, que o art. 245, como já vimos, excluiu do benefício correspondente ao ano de 1920, 3.059:000\$000.

Temos já o *deficit* orçamentário elevado a 325.407:511\$230.

E ainda não é tudo.

Falei há pouco das autorizações. O valor destas é de centenas de milhares de contos, mas o Governo pode deixar de utilizá-las, embora muitas vezes com sacrifício de valiosos interesses da Nação.

Há, entretanto, algumas que só aparentemente têm o caráter de facilidades.

O art. 76, letra i, por exemplo, autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito de 7.234:000\$, ouro, para pagar ao governo dos Estados Unidos os consertos do encouraçado “Minas Gerais”. Pode o Presidente da República deixar de abrir esse crédito e esquivar-se ao pagamento da dívida?

Nas mesmas condições estão as autorizações do art. 133, ns. XXVI (30:000\$), e XLIV (50:000\$). E do art. 215, número XXII (342:337\$100), que representam dívidas a pagar. E não conto as do art. 133, ns. XXXII e XXXV, nem as do art. 215, ns. XII e XVII, que se referem a dívidas também, mas de valor que não é possível por enquanto determinar.

E’ necessidade incluir aqui ainda a autorização para os créditos suplementares das prorrogações do Congresso, despesa que, pelos precedentes, se deve considerar inevitável e sobe a 4.520:000\$000.

Ora, temos, aí pelo menos, mais 33.868:337\$100, papel, para elevar o *deficit* a 359.275:848\$330.

E’ assombroso, mas infelizmente ainda não fica aí.

Há no projeto numerosas disposições que importam despesas inevitáveis, mas que ou não podem ser previamente calculadas ou eu não tenho elementos para avaliar de pronto. Já citei as do art. 133, n.º XXXII (pagamento de auxílios devidos à Municipalidade pela construção de estradas de rodagem em 1920 e 1921) e n.º XXXV (pagamentos devidos a lentes interinos da Escola de Agricultura em 1921) e as do art. 215 n.º XII (pagamentos devidos a empresas construtoras de navios) e n.º XVII (restituição de impostos pagos indevidamente pelo Maranhão).

Eis outras:

O art. 62 estende à Marinha a tabela de ajuda de custo em vigor no Exército;

O art. 65 dá gratificação aos contínuos que exercerem funções de porteiro;

O art. 75 revigora a autorização para pagamento dos concertos do encouraçado "São Paulo", autorização que também só aparentemente importa faculdade;

O art. 89 manda pagar o soldo a que tiverem direito os voluntários da Pátria em exercícios anteriores;

Os arts. 98, 108 e 114 concedem abatimento a todos os alunos dos Colégios Militares que se achem em certas condições; como êsses alunos acarretam as mesmas despesas que os que pagam a pensão integral, e os colégios, assim desfalcados em suas rendas, não podem fazer face a essas despesas, é o Tesouro afinal quem tem de saldá-las;

O art. 106 dá aos generais e coronéis que contam 40 anos de serviço o direito de se reformarem, dentro de seis meses, com todos os vencimentos do posto imediato;

O art. 119 eleva os vencimentos dos soldados artífices.

O art. 126 manda pagar, aliás indevidamente, o soldo das respectivas patentes aos oficiais que, comandaram polícia estaduais em 1915 e 1916;

O art. 199, finalmente, aumenta os vencimentos do pessoal da lancha dos Correios de Pernambuco.

Deixo de parte a despesa de 624:000\$, dos arts. 139 e 150, que se tornará obrigatória, desde que os interessados preencham as condições ali prescritas.

A quanto montarão os gastos resultantes dessas disposições?

Não é possível dizê-lo neste momento. São, porém, despesas que *têm de ser pagas no exercício* e vêm ainda agravar a situação.

Como quer que seja, aí temos apurado desde já um excesso de cerca de 360 mil contos da despesa ordenada pelo Congresso sobre a receita por êle autorizada!

Como prover a essa colossal diferença? Onde os recursos para satisfazê-la, representada como é por despesas obrigatórias e inadiáveis, constituídas umas por vencimentos do funcionalismo público, decorrentes outras de contratos ou de necessidades urgentes e imprescindíveis? Como admitir que o Congresso Nacional dê ao Poder Executivo um milhão de contos de receita e dêle exija o pagamento de 36% mais?

Não é possível. A fonte natural de renda para o pagamento de despesas públicas ordinárias é o impôsto, é a contribuição com que cada indivíduo deve concorrer para os gastos do país em que vive. O Congresso não se anima a decretar impostos na medida das despesas que autoriza e lança à responsabilidade do Presidente da República, *que os não pode criar* o não cumprimento de uma lei em que a despesa sobrepuja a receita em mais de 360 mil contos:

Não, não é possível. Estou certo de que a nação pensará assim também.

As leis de orçamento entre nós têm sido profundamente deturpadas. Nela se ensinam disposições as mais estranhas e se acoitam os mais audaciosos interesses pessoais, confiantes em que o Presidente da República os tolerará para não se privar dos meios de governo.

O projeto dêste ano requinta em deslises dessa ordem. Nêle há de tudo: reformas de repartições, regulamentos de natureza executiva, nomeações e promoções de funcionários públicos, injustiças clamorosas, favores individuais de toda casta, medidas evidentemente prejudiciais à Nação, disposições contraditórias ou extravagantes.

Falta-me tempo para fazer resenha completa de tudo isto. O de que disponho é na realidade muito inferior ao que a Constituição me concede para o exame de cada projeto, visto que recebo muitos em dias sucessivos e às vezes em um dia só.

Citarei, entretanto, alguns exemplos.

O art. 3.º n.º IV autoriza o Governo a criar duas cadeiras de piano no Instituto de Música; mas logo no parágrafo único determina, em termos imperativos, que "provimento será feito no mês de janeiro de 1922, independentemente de concurso", e "a nomeação *deverá* recair em *professores livres docentes*" que reünam tais e tais condições. Já se sabe que dos seis livres docentes do Instituto só dois existem nessas condições, precisamente os dois para quem se criam os novos lugares, de maneira que o ato do Congresso, além de mascarar um favor pessoal, importa a própria nomeação dêsses docentes, com violação manifesta do art. 48, n.º 5 da Constituição, que reserva *privativamente* para o Poder Executivo a atribuição de prover os cargos públicos.

O serviço de saneamento e profilaxia rural do Distrito Federal tem, mais do que em qualquer outra zona do país, caráter transitório. Pois que abrange área limitada e de população densa, tal serviço pode realizar os seus fins em prazo relativamente breve.

Foi atendendo a essa circunstância que, ainda depois de criação do Departamento da Saúde, continuou a constituir mera comissão o desempenho dos trabalhos concernentes ao saneamento do Distrito Federal.

O Congresso, entretanto, erige agora (art. 30) em funcionários efetivos os inspetores e subinspetores sanitários rurais incorporando-os assim, sem nenhuma condição, em quadro técnico onde só se entra pela porta larga do concurso e criando assim, sem nenhum fundamento de utilidade pública ou mesmo de ordem moral, mais um encargo permanente para a União.

O art. 34 manda considerar como de acesso ou promoção legal nos termos do art. 23, 1.º da Constituição, a nomeação de livre docente para o cargo de substituto ou catedrático, *sejam quais forem as formalidades que a lei exigir para essa nomeação*.

E' também um favor pessoal.

A Constituição para subtrair os membros do Congresso à influência do Poder Executivo, proibiu-lhes que dêste recebessem comissões ou empregos remunerados; excetuou, porém, os cargos de acesso e as promoções legais.

As expressões *cargos de acesso*, *promoções legais*, têm significação própria. Não é possível mudar, por meio de disposições orçamentárias, o sentido que as palavras possuem na língua. *Cargo de acesso* é emprêgo ao qual *somente* pode ser elevado quem já tenha, na hierarquia, lugar inferior, *promoção legal* é o acesso reservado *exclusivamente* ao funcionário que ocupa posto mais baixo. Ora o lugar de professor substituto pode, *ex-vi legis*, ser conquistado em concurso por qualquer estranho; não está destinado de *modo exclusivo* aos livres docentes. Muito menos o de catedrático, ao qual ascende o substituto. Em tais condições, como pretender que êstes últimos cargos sejam, considerados de acesso para os Deputados livres docentes, sejam quais forem *as formalidades que a lei exija para a nomeação*?

E' evidentemente uma mistificação do preceito constitucional.

O art. 35 dispensa comentários. E' dêle a peregrina lembrança de mandar contar *pelo dobro* aos funcionários da Diretoria Geral de Saúde Pública o tempo compreendido entre 3 de janeiro de 1914, data do regulamento que organizou o serviço, e 31 de dezembro de 1918 (?), data em que se declarou extinta a febre amarela no Rio de Janeiro!

O Art. 42 cria um lugar de 2.º tenente dentista no Corpo de Bombeiros. E logo aponta quem deve ser nomeado; só quem tiver mais de um ano de serviços de dentista ou auxiliar de dentista no Corpo. Excusado é dizer que só há um cidadão nestas condições. Temos, pois, de novo o Congresso a invadir as atribuições privativas do Presidente da República para fazer favores pessoais e nomear dentistas de Bombeiros.

Os arts. 50 e 51 contêm favores da mesma natureza, concedidos com preterição das provas legais de capacidade e com menosprezo das funções do Poder Executivo. O primeiro dispensa do concurso de engenheiros de 2.ª classe certos condutores técnicos do Departamento de Saúde e manda promovê-los "nas vagas existentes ou que se vierem a dar"; o segundo provê *efetivamente* nos cargos, sem a condição do concurso a que estão obrigados, três ajudantes *interinos* do porto do Rio de Janeiro.

Os preceitos constitucionais que dão ao Presidente da República a atribuição *privativa* de "prover os cargos civis de caráter federal" (art. 48 n.º 5) e deixam ao Poder Legislativo apenas a faculdade de estabelecer "as condições de capacidade especial" dêsse provimento (art. 73) o dever de confiar a saúde do povo a profissionais de merecimento demonstrado em provas públicas, nada disto foi embaraço à iniciativa do Congresso.

O art. 67 é também inconstitucional. Nêle o Congresso nomeia lentes e substitutos os atuais instrutores do ensino naval.

Outras disposições de mero proveito pessoal encontram-se ainda na parte do orçamento relativa ao Ministério da Marinha.

Assim, o art. 68 permite aos oficiais com serviços de guerra na divisão naval, que tiverem passado um ano pelo menos na reserva, a volta à atividade, *com recuperação do tempo que perderam o direito de ocupar seus antigos lugares na ordem em que se achavam anteriormente, a fim de gozarem das vantagens de acesso*!

Cria-se um quadro especial para êsses oficiais e ainda outro quadro especial para os que se demitiram *a pedido* em 1921, aos quais se permite também voltar ao serviço nos postos que ocupavam, como se dêle nunca se houvesses afastado!

Nas tabelas reorganizou o Congresso o Corpo de Comissários da Armada e criou nessa reorganização, contra a opinião que lhe foi transmitida dos profissionais mais competentes, um lugar de contra-admirante efetivo, e mais um de capitão de mar e guerra, três de capitão de fragata e sete de capitães de corveta, e suprimiu vinte primeiros tenentes e vinte segundos, dos quais muitos ficaram agregados.

Para favorecer os comissários atuais com promoções indevidas, dispensou-os do interstício e do tempo de embarque!

E fez tudo isso em uma tabela orçamentária e no correr de uma simples oração incidental!

O art. 107 outorga aos oficiais do Corpo de Saúde do Exército e da Armada o direito de contar, para cada período de cinco anos de serviço militar, um ano do curso que frequentaram as escolas superiores.

A parte a originalidade da idéia, que mostra a variedade infinita dos expedientes de que sabe socorrer-se o interesse individual, não é fora de propósito salientar a injustiça, que tal medida encerra. Por que não conceder idêntico favor a todos os funcionários públicos civis e militares, que frequentaram cursos superiores?

O art. 115 manda aplicar ao quadro especial de professores e oficiais em comissões vitalícias o critério adotado para as promoções do quadro F. Podem imaginar-se as alterações que esta medida provocará nos quadros, os direitos e interesses que ofenderão e as reclamações fundadas que daí hão de surgir. O Tesouro é quem pagará afinal.

O art. 118 assegura aos auxiliares de auditor da Guerra e da Marinha da 6.^a circunscrição, que o orçamento chama, não sei por que, auditores auxiliares, os mesmos direitos e vantagens dos auditores dessa circunscrição.

A 6.^a circunscrição de que fala o Congresso é atualmente a 1.^a como se vê do art. 1.^o do decreto n.^o 14.450, de 30 de outubro de 1920, que o próprio Congresso autorizou o Poder Executivo a expedir e pôr em execução. Entre as vantagens dos auditores dessa circunscrição figuram os vencimentos de 18 contos de reis. Ora, a tabela fixa para aqueles mesmos auxiliares de auditor os vencimentos de 15 contos. Qual das duas disposições tem que prevalecer?

Mas, além de contraditória, a medida é profundamente injusta.

A classe de auxiliares de auditor, criada e ampliada em proporções espantosas pelos apetites políticos, foi suprimida a alguns anos. O natural é que fossem todos dispensados; mas o nosso habitual sentimentalismo levou-nos a conservá-los adidos.

Pois são esses funcionários inúteis, de que a Nação já prescindiu, e de categoria inferior aos auditores de primeira entrância que o Congresso promove, com *preterição de todos estes*, a auditores de 2.^a!

O art. 125 restabelece a 7.^a divisão do Departamento do Pessoal da Guerra (que diz suprimida pelo aviso n.º 744, de 26 de dezembro de 1920), com os *mesmos funcionários* que dela fazem parte, exceto os que se acham em disponibilidade ou aceitaram outros cargos de Justiça Militar.

Este dispositivo é um primor de dissimulação.

Antes de tudo, a criação, manutenção ou extinção de divisões ou seções dos estabelecimentos ou repartições públicas são atos de competência da autoridade administrativa. E' matéria de organização de serviço, que escapa, por sua natureza, à alçada do legislador.

Em segundo lugar, a extinção daquela divisão não foi obra de um aviso ministerial, mas corolário da última reforma judiciária, que separou as funções da magistratura das funções administrativas, tornando aquelas independentes, o que não aconteceria se os auditores continuassem subordinados às autoridades militares do Departamento da Guerra.

Por último, o fim real do dispositivo orçamentário, o pensamento oculto dessa completa desordem que se quer implantar em serviço de tal importância, é fazer voltar ao seu posto um ex-auxiliar de auditor, que, por não ter aceitado o lugar de auditor de um dos Estados, o Governo, apesar de todos os empenhos, exonercu. E eis aí a razão pela qual a tabela do orçamento, previdente e carinhosa, contém verba para três auxiliares, quando na realidade não existem senão *dois*.

No intuito de anular essa exoneração, embora com *preterição* das atribuições do Poder Judiciário e atropelo das normas de justiça, o orçamento chega a extremos inconcebíveis.

Em 1920, como disse há pouco, o Congresso autorizou o Presidente da República a reformar a justiça militar e pôr em execução o novo regulamento, que seria ulteriormente submetido à referência do Poder Legislativo.

Assim se fez. O serviço foi todo reorganizado e o quadro do pessoal sofreu grandes modificações: criou-se mais um ministro, um procurador geral, um secretário civil, promotores, advogados, escrivães; mais tarde o Supremo Tribunal Militar aumentou a sua secretaria com chefes de seção bibliotecário, oficiais, datilógrafos, etc.

Pois o orçamento afeta ignorar a existência dessa reforma, deixa de dar a verba dêsse quadro, que há mais de um ano está sendo pago, mas que só contém *dois* auxiliares de auditor, e adota para as tabelas o quadro antigo, que não existe mais, mas onde figura o *terceiro auxiliar*!

O art. 124 manda contar pelo dobro, aos oficiais e praças que nela tomaram parte, o tempo da expedição militar enviada à Bahia, em fevereiro de 1920.

A intervenção na Bahia foi tudo quanto se pode imaginar de mais pacífico. Não se deu um tiro. A maior parte das forças não saiu da capital. Por

que baratear a êsse ponto um favor que nossas tradições de moralidade e de justiça têm reservado para os que, no estrangeiro, se batem pela defesa da Pátria?

O art. 125, determina que figurem na fé de ofício dos oficiais atingidos pelo § 1.º, do art. 17 do regulamento da Escola de Aperfeiçoamento, as médias de sua conduta de ano e dos graus de exame, e se suprima *sem aproveitamento*.

A medida, além de ser de ordem administrativa e, portanto, estranha às funções do Congresso, é mais uma tentativa com a elevação do nível profissional do Exército, em proveito dos não preparados. Fácil é confundir os limites do aproveitamento e os do não aproveitamento, calculados em graus, e assim, desde que êste último não conste da fé de ofício, o merecimento profissional do oficial poderá passar despercebido.

O art. 126 manda "restituir" como já vimos, aos oficiais do Exército que nos anos de 1915 e 1916 comandaram polícias estaduais, o soldo de suas patentes.

Não se trata de *restituir*, mas, de *dar*.

Antes de 1917 as polícias estaduais não constituíam forças auxiliares do Exército: por isto, os oficiais que as comandavam não eram considerados em comissão militar, nem mesmo mista. Afastados do Exército, sem proveito algum para eles, nenhum direito tinham a receber vencimentos pelos cofres federais. O orçamento, à custa do Tesouro, fêz presente a êsses oficiais de muitas dezenas de contos de reis.

A lei n.º 4.242, de 15 de janeiro de 1921, art. 43, autorizou o Governo a nomear intendentes do Exército determinados concorrentes. O Governo não o fêz, porque o quadro estava extinto e é absurdo nomear alguém para um quadro que não existe.

Agora, o Congresso restaura a mesma disposição, com a agravante de, sobrepondo-se a Constituição e assumindo poderes que lhe minguem, determinar ao Presidente da República que lhe execute a ordem e faça a nomeação dentro do período da vigência da lei! Não contente com isso e, prevendo a hipótese de não ser o Presidente docil à invasão de suas atribuições constitucionais, declara assegurada a dita nomeação, para todos os efeitos, desde a data das nomeações idênticas de que trata o decreto n.º 3.589, de 4 de dezembro de 1918!

Creio não ser preciso aduzir qualquer consideração a respeito da inadmissibilidade de tal preceito.

O art. 136, n.º VI (orçamento da Agricultura) é típico em matéria de favor pessoal.

A lei n.º 3.674, de 7 de janeiro de 1919, art. 89, autorizou o Governo a entrar em acôrdo com os funcionários *de lugares de concurso* que houvessem sido exonerados sob o estado de sitio de 1910, *sem processo regular*, e, para rehaverem o cargo, *tivessem proposto* ação, desde que desistissem desta, dos juros de mora e das custas.

Todo mundo que lê de boa fé este dispositivo presume que o legislador se refere a funcionários que conquistaram o seu lugar por concurso; que tendo mais de 10 anos de serviço, foram demitidos sem processo, e finalmente, que obtiveram já uma sentença favorável na ação proposta ou pelo menos, que esta ação em pleno andamento, oferece todos os visos de procedência.

Nada disto. Em 1920, o Congresso denuncia o seu pensamento, incluindo na própria tabela orçamentária a quantia de "40 contos para solução do acôrdo que fôr feito com Nestor Massena", funcionário da Câmara dos Deputados, que foi empregado de *lugar de concurso* do Ministério da Agricultura, *mas nunca prestou concurso*; que foi demitido *sem processo mas porque contava apenas dois ou três anos de serviço*; que *propôs ação* para anular a exoneração, *mas teve sentença contrária, não só da primeira instância como do Supremo Tribunal*; e que não tinha que desistir da ação *porque estava finda, nem dos juros, porque não eram devidos, nem das custas, porque ele é que as tinha de pagar*.

Note-se o cuidado com que foi redigido este dispositivo. A frase consagrada é *funcionários de concurso*; mas como o interessado não tinha concurso, embora ocupasse um *lugar de concurso* para o qual, como se vê, fôra irregularmente nomeado, o projeto usa da expressão *funcionários de lugares de concurso*. O processo só se exige para a dispensa dos empregados de mais de 10 anos de serviço; mas como o funcionário em questão tinha muito menos de 10 anos, não se fez a menor alusão a essa circunstância, que, entretanto, no caso, era capital. O fato de propor uma ação nada significa; uma sentença favorável, porém, seria já a presunção do direito. Mas, como as sentenças que obtivera o interessado lhe haviam sido contrárias, o projeto contenta-se com o fato material da propositura da ação.

E' de notar ainda que tôdas estas razões foram exaradas pelo Governo em despacho que proferiu sobre requerimento do interessado, e que foi dado à publicidade. Pois, não obstante tudo isto, o Congresso revigora inda o crédito na proposta de 1921.

O art. 175 dispensa de concurso para promoção os escreventes da Estrada de Ferro Central do Brasil. Amparo e estímulo à incompetência!

O art. 176 dá predicamentos de funcionários públicos aos praticantes de maquinistas. São novos adidos que se preparam, pois, com a eletrificação, a Estrada Central dispensará êsses auxiliares.

O art. 215, n.º VIII autoriza o Governo a pagar aos funcionários da Fazenda, que serviram no Recenseamento, os vencimentos dos seus cargos durante o tempo em que desempenharam a comissão.

Essas comissões eram muito disputadas por serem remuneradas largamente. O Congresso quer que, além dessas largas remunerações, pelos serviços que prestaram, recebam êsses funcionários os vencimentos de cargos em que não prestaram serviço algum!

O art. 240 manda abonar ao ajudante do procurador geral da Fazenda Pública e aos oficiais da Procuradoria percentagens iguais às dos procuradores.

Mero favor pessoal, absolutamente injustificável. Os procuradores têm percentagem sobre a dívida arrecadada, porque são eles que a arrecadam. O ajudante e os auxiliares, porém, nada têm com isto. Como dar-lhes vantagens sobre dinheiros que não cobram?! Demais esta matéria foi agora regulada na reforma do Tesouro, que, aliás, suprimiu o lugar de ajudante de procurador, já aproveitado em outro cargo.

A lei n.º 2.356, de dezembro de 1910, art. 95, permitiu que os funcionários federais contassem integralmente para a aposentadoria o tempo de serviço prestado aos Estados. Era um absurdo. Não se compreende que a União seja obrigada a recompensar serviços de que não colheu o mínimo proveito. A opinião sensata levantou-se contra êsse dispositivo que disfarçado em termos gerais, fôra introduzido na lei para favorecer determinada e conhecida pessoa.

Após luta tenaz entre os defensores do Tesouro e os protetores que tais interessados sempre têm ao seu dispor, a lei foi revogada.

O projeto de orçamento pretende revivê-la, no art. 253, para certos funcionários, sob o pretexto verdadeiramente curioso de que êstes funcionários naquela época adquiriram direito à mencionada vantagem, como si no caso figurado fosse concebível siquer a idéia de um direito adquirido.

O art. 257 considera empregados de 1.^a entrância os oficiais aduaneiros. A medida seria altamente nociva ao serviço público. Depois que se substituíram os *guardas da alfândega* — verdadeira polícia marítima, constituída de homens afeitos ao perigo e à luta, capazes, portanto, de enfrentar os terríveis *ladrões do mar* — por mocinhos de família, inexperientes e tímidos, o contrabando tomou extraordinário incremento.

Por isto o Govêrno em recente decreto extinguiu essa classe de empregados, e voltou ao sistema antigo, devidamente melhorado. O projeto quer restabelecê-la e dar-lhes ainda por cima feição puramente burocrática.

Seria grande desserviço à Nação.

O art. 260 eleva à categoria de alfândega a Mesa de Rendas do Pôrto Acre e garante aos respectivos funcionários os direitos e vantagens das repartições congêneres. Segundo a Consolidação das Leis das Alfândegas, art. 136, as funções de administrador e escrivão das Mesas de Rendas Alfandegadas são exercidas, em comissão, por empregados de Fazenda pertencentes ao quadro da alfândega a que estiverem subordinadas aquelas estações.

Posto em execução o dispositivo orçamentário, os cargos efetivos de administrador e escrivão da Mesa de Rendas do Pôrto Acre desapareceriam e passariam a ser desempenhados em comissão pelos atuais serventuários, que assim se transformariam em empregados de entrância, com direito a promoção e à categoria que lhes competisse, segundo os respectivos ordenados, sem terem preenchidos as condições que a lei exige para a investidura em tais lugares, como concurso e outras. O administrador de Pôrto Acre ficaria equiparado aos conferentes e chefes de seção da Alfândega do Rio de Janeiro e aos subdiretores do Tesouro!

Não preciso dizer mais para mostrar o absurdo dêsse favor.

No art. 26, o projeto reorganiza a Casa da Moeda, com um aumento de despesa de cerca de 1.600 contos.

Há, aí medidas inconstitucionais e inconvenientes. Entre as primeiras estão as que nomeiam ou promovem determinados funcionários para determinados lugares, atribuição privativa do Poder Executivo, que não se pode suprir com a função subalterna de homologar escolhas feitas por outro Poder.

As contradições, confusões e repetições pululam no orçamento.

O art. 20 fixa em 2:400\$ os vencimentos dos serventes da Secretaria de Polícia: o art. 25 equipara-os aos da Secretaria da Justiça, que ganham. . . . 3:600\$000.

O art. 41 iguala os serventes da Escola 15 de Novembro aos da Secretaria de Estado e, para êste efeito, manda pagar-lhes 200\$ por mês. Ora, as tabelas marcam para os serventes da Secretaria de Estado o vencimento mensal de 300\$000.

O art. 167 revigora os arts. 85, 91 e 93 do orçamento da despesa de 1921, já restabelecidos por outros dispositivos.

O art. 203 reproduz o art. 192.

O art. 177 está repetido no art. 210:

E assim por diante. A cada passo um sinal da precipitação com que a lei foi elaborada.

Há ainda uma feição do projeto que não devo deixar em silêncio.

A maior parte do formidável aumento de despesa votado pelo Senado provém de favores a funcionários públicos.

Ora, em 1920 o Congresso autorizou o Govêrno a rever as tabelas de vencimentos do funcionalismo, no sentido de uniformizá-las tanto quanto possível, segundo as classes e categorias. O Poder Executivo nomeou para êste fim uma comissão de 20 empregados de todos os ministérios, a qual, depois de mais de um ano de labor inteligente e devotado, apresentou as tabelas pedidas.

Em geral essas tabelas são excelentes: distribuem e classificam criteriosamente os funcionários; regulam-lhes a hierarquia, aumentam-lhes os vencimentos na importância de 40 a 45 mil contos: estabelecem, o mais aproximadamente possível, a correlação necessária entre os de um e outros ministérios, etc. De vários relatores de orçamento, dos que melhor conhecem o assunto, ouvi referências elogiosas a êsse trabalho.

Mas contra êle levantaram-se algumas reclamações fundadas, o que era inevitável em matéria tão complexa e relacionada com interesses tão variados.

Que fazer? O natural era que o Congresso atendesse a essas reclamações e puzesse as tabelas imediatamente em vigor. Além da simplificação, e regulamentação que trariam a um ramo da administração tão anarquizado, êles te-

riam a grande vantagem de beneficiar a *todos* os funcionários, sem exceções injustas e odiosas. Se ao Congresso falecia o tempo necessário para isto, que autorizasse então o Presidente da República a fazê-la sob condições de aprovação ulterior do Poder Legislativo.

Em vez de optar, porém, por uma ou outra dessas soluções, o Congresso resolveu nomear de seu seio uma comissão incumbida de rever as tabelas e submeter-lhe em maio próximo o resultado dos seus estudos. Era de esperar, à vista disto, que não se pensasse mais em aumentar isoladamente os vencimentos dêste ou daquele empregado, em equiparar esta àquela repartição — justamente a origem dessas disparidades e injustiças que se procuravam remediar e contra as quais desde tanto tempo bradam interessados e legisladores.

Com efeito, se dentro de curto prazo, o Poder Legislativo ia tomar medida geral e definitiva, para que agravar, com providências prematuras e parciais, as dificuldades existentes?

Pois foi justamente o que eu vi. Nunca se apresentaram tantas emendas dessa natureza, nunca o Congresso foi tão prodigo em tais favores, nunca os corredores das duas Casas Legislativas, atravancados de pretendentes e pedintes, ofereceram espetáculo menos edificante.

O orçamento neste particular é lastimável, de injustiça e de balburdia. Em um mesmo ministério aumentam-se os vencimentos de algumas repartições e sem razão plausível mantêm-se inalterados os de outras; em um mesmo serviço certos funcionários são beneficiados, outros não; aqui o acréscimo é de 100 e 200%, ali é apenas perceptível. Há exclusões verdadeiramente injusticáveis. No Instituto Osvaldo Cruz, por exemplo, elevam-se os vencimentos de todo o pessoal superior, precisamente os que mais ganham; e dos demais funcionários, desde o secretário ao servente, nenhum logra ser visto pela munificência do Congresso. Majoram-se os vencimentos das praças do Exército, da Marinha, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros; mas quando se trata dos oficiais, só os do Exército e da Marinha são dignos da generosidade legislativa; os das outras duas corporações ficam excluídos! Na Marinha, os foguistas, cabo para baixo, longe de terem os seus vencimentos melhorados, são prejudicados em 464:800\$000! Os carpinteiros de 2.^a classe, nos ministérios militares, são também excetuados! Suprime-se a gratificação do decreto n.º 3.990, para os oficiais e praças das forças armadas, porque foram aumentados os seus vencimentos, mas mantem-se essa mesma gratificação, extraordinariamente alargada para os funcionários civis, cujos vencimentos foram também elevados.

E, como êstes, outros casos.

Ora, êsse modo diferente de tratar funcionários da mesma repartição e servidores do mesmo país, envolve dolorosa injustiça e mata o estímulo dos que se empregam no serviço público. Se o Senado, antes mesmo de revistar as tabelas pela comissão que êle próprio tivera a idéia de designar, resolveu enveredar por êsse caminho, o razoável é que estendesse o benefício a todos os empregados, porque todos, sem exceção, estão atravessando as maiores dificuldades de vida. Bastaria aceitar a lembrança que teve um dos seus

membros de elevar de tantos por cento os vencimentos de todos os funcionários, sem distinção. Mas ir catar entre êles um certo número para ampará-los e protegê-los, e deixar que o resto continue a debater-se na necessidade e na penúria, não é razoável nem justo.

Por outro lado, ao elevar os vencimentos dos funcionários públicos civis e militares, o *Senado sabia que não tinha competência para criar a receita correspondente e que a Câmara não restava mais tempo para fazê-lo*. Sabia, portanto, que o seu ato seria puramente platônico, porque o Tesouro não teria meio de acudir à despesa. O aumento de vencimentos figuraria apenas no papel.

Qual então o intuito da medida? Iludir os pseudo-beneficiados? Nem êstes são tão ingênuos, nem de tal artifício seria capaz corporação tão respeitável. Criar dificuldades ao Governo. Não seria generoso nem patriótico.

Seja, porém, como fôr, o que é certo é que o Congresso aumentou os vencimentos de militares, de juizes, de professores, de funcionários, *com plena consciência de que não podiam ser pagos*.

Quando em uma nação de recursos limitados como o Brasil, o Poder Legislativo dá ao Chefe do Estado um orçamento com 360 mil contos de excesso na despesa *ordinária* não é possível admitir que êsse poder esteja convencido de que o orçamento será executado.

O seu ato reveste-se, então, de um aspecto tal que resistir-lhe é fazer obra de sinceridade, é cumprir dever de patriotismo, é defender a ordem constitucional.

Não quer isto dizer, entretanto, que, no meu entender, a idéia do aumento de vencimentos deva ser posta de lado. A casta dos críticos de má fé é numerosa entre nós. Não admira, portanto, que haja quem me atribua propósitos hostis ao aumento de vencimentos dos funcionários, como si pudesse haver nada mais agradável para um governo do que ter a envolvê-lo um ambiente de bem estar, de simpatia e gratidão.

Não, mesmo sem nenhum cálculo político, julgo que não é possível deixar por mais tempo no olvido a situação do funcionalismo público, civil e militar. O que cumpre fazer, porém, é obra séria e realizável. Aumentar vencimentos sem ter meio de pagá-los não é sincero. Aumentar de uns sem aumentar dos outros não é justo.

Pelas razões que acima expedi, nego sanção ao projeto do orçamento da despesa que o Congresso Nacional me enviou. Faço-o no uso de uma atribuição que a Constituição Federal me outorga e que nem aqui, nem em parte alguma foi jámais contestada com sinceridade ou boa fé. Faço-o em inteira consciência da responsabilidade que assumo perante a Nação. Faço-o justamente pela lealdade que lhe devo, certo de que ela aprovará a decisão com que recuso a minha aquiescência a uma lei que seria, dentro de pouco tempo, a proclamação da sua falência e do seu descrédito.

Devolvo o projeto à Câmara dos Deputados, confiante em que o Congresso, em breve convocado, conhecendo agora melhor os defeitos e as con-

seqüências da sua obra, saberá de animo sereno cumprir o seu dever, e ou dará ao Governo os meios de fazer face ao *deficit*, ou reduzirá a despesa pública aos limites dos recursos que votar.

Enquanto o não faz, o Governo, empenhado em afastar de si tôda a idéia de arbitrio, irá custeando a despesa na proporção da receita autorizada e nos termos das leis e regulamentos respectivos, ou, na falta dêstes, de acôrdo com o orçamento de 1921.

Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 1922, 101.º da Independência e 34.º da República. — EPITÁCIO PESSÔA.

(In Anais da Câmara dos Deputados, Vol. I, 1922, pág. 63 a 78).